



EDITAL

CREDENCIAMENTO N.º 002/2026
Processo Administrativo N.º. 070/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO CORIBE

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, bem como serviços de funilaria, lanternagem, pintura, borracharia e guincho/reboque/transporte, para a frota municipal de veículos leves, motocicletas, utilitários, vans, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e implementos, mediante aplicação de desconto sobre a Tabela Referencial “TRAZ VALOR” adotada pela Administração Municipal.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.200.000,00

DATA DE INÍCIO DE CREDENCIAMENTO: 28/05/2026

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL: 28/05/2027

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO





CHAMAMENTO PÚBLICO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
Processo Administrativo nº 0707/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO CORIBE**, Estado da Bahia, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, entidade de Direito Público interno, com sede à Rua Lourenço da Silva Pereira, nº 77, Centro São Félix do Coribe - BA inscrito no CNPJ sob o nº 16.430.951/0001-30, através da Comissão de Contratação designada pelos Decretos Municipais nº. 2382 de 03 de janeiro de 2025 e 2563 de 19 de fevereiro de 2025, realizará Chamamento Público, mediante Procedimento Auxiliar de Credenciamento, fundamentado na Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Início do Prazo de Credenciamento 28.05.2026 – Término do Prazo de Credenciamento 28.05.2027.

1. OBJETO:

1.1 É objeto do presente Edital é o **Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de São Félix do Coribe/BA, compreendendo veículos leves, motocicletas, utilitários, vans, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e implementos, com fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, bem como serviços de funilaria, lanternagem, pintura, borracharia e guincho/reboque/transporte, mediante aplicação de desconto sobre a Tabela Referencial “TRAZ VALOR” adotada pela Administração, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme as informações constantes no Edital e seus anexos.

1.2 Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.3 O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.878, de 2024 (contratação paralela e não excludente - caso em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas).

1.4 O presente credenciamento enquadra-se na hipótese prevista no **art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, caracterizando-se como **procedimento auxiliar de contratação de natureza paralela e não excludente**, destinado à formação de cadastro de interessados aptos à prestação dos serviços descritos neste instrumento.

1.5 O credenciamento **não implica exclusividade**, sendo **permitida a contratação simultânea de múltiplos credenciados**, desde que atendidas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nos respectivos instrumentos contratuais, observada a demanda da Administração.





1.6 DA DISTRIBUIÇÃO DAS DEMANDAS, TETO FINANCEIRO E TETO FÍSICO

1.6.1 A distribuição das demandas decorrentes do presente credenciamento observará as regras estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto ao sistema de rodízio entre os credenciados habilitados em cada subitem/categoria, à ordem cronológica de deferimento do credenciamento, aos critérios objetivos de convocação, às hipóteses de quebra justificada da ordem e aos mecanismos de controle da execução.

1.6.2 Para fins de preservação da isonomia, impessoalidade, transparência, rotatividade e ampliação da rede ativa de credenciados, a convocação dos credenciados deverá observar o critério definido no Termo de Referência, sendo vedada a escolha subjetiva ou imotivada de credenciado para execução das demandas.

1.6.3 O valor global estimado do credenciamento, correspondente ao teto financeiro máximo planejado para a vigência inicial, será aquele definido no Termo de Referência, distribuído por subitem/categoria, sem que isso implique obrigação de contratação integral, garantia de demanda mínima ou direito subjetivo à execução de valores por qualquer credenciado.

1.6.4 O teto financeiro global estimado será gerenciado por subitem e por credenciado, podendo a Administração estabelecer limite financeiro operacional inicial de **10%** (dez por cento) a **20%** (vinte por cento) do valor estimado do respectivo subitem para cada credenciado, conforme quantidade de empresas habilitadas, capacidade operacional disponível, necessidade administrativa e critérios de distribuição previstos no Termo de Referência.

1.6.5 O teto físico da contratação, bem como os parâmetros de controle das demandas, observarão o disposto no Termo de Referência, abrangendo, entre outros elementos, ordens de serviço, autorizações de fornecimento, veículos atendidos, peças fornecidas, serviços executados, horas técnicas, revisões, diagnósticos, alinhamentos, balanceamentos, serviços de borracharia, funilaria, lanternagem, pintura, guincho, reboque e transporte.

1.6.6 A execução das demandas ficará condicionada à necessidade administrativa, à disponibilidade orçamentária, à autorização prévia da despesa, à aprovação do orçamento apresentado pela credenciada, à regularidade do credenciado e à observância dos critérios objetivos definidos no Termo de Referência.

1.6.7 O credenciamento não gera direito à contratação mínima, exclusividade, distribuição igualitária de valores ou execução integral do saldo estimado, servindo o cadastro de credenciados como rede apta ao atendimento futuro e eventual das necessidades da Administração.

2. VIGÊNCIA:

2.1 O prazo de vigência do presente credenciamento dar-se-á pelo período de 12 (doze)





meses, a contar a partir da sua publicação na imprensa oficial, ficando aberto durante todo esse período para novos credenciamentos.

2.2 Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses até o máximo de 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da Administração, com a anuência das credenciadas, nos termos do art. 107, da Lei Federal 14.133/21.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1 Poderão participar do Credenciamento as pessoas jurídicas interessadas, que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao seu objeto.

3.2 Os serviços devem ser realizados por pessoa jurídica **que tenha capacidade comprovada**, conforme exigências constantes do Termo de Referência anexo a este Edital.

3.3 Estará impedido de participar de qualquer fase do processo de chamamento, na condição de proponente, o interessado que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

3.3.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2 sociedade ou pessoa física que desempenhe atividade incompatível com o objeto deste Edital de Credenciamento;

3.3.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do prazo de credenciamento, impossibilitada de participar da contratação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4. DA INSCRIÇÃO:

4.1 O processo de credenciamento, com o Edital e seus anexos, poderá ser consultado sem





qualquer custo, por qualquer interessado, junto ao Setor de Licitações, situado na sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Lourenço da Silva Pereira, nº. 77, CEP: 47.665-000, Centro, na cidade de São Félix do Coribe - BA, em horários comerciais.

4.2 O Edital e seus anexos ficarão disponíveis no Portal de Transparência da Prefeitura, disponível em:

https://saofelixdocoribe.ba.gov.br/transparencia/compras/editais_de_licitacao, no Portal Licitanet: www.licitanet.com.br, bem como no PNCP: <https://pncp.gov.br>.

4.3 Os interessados em contratar com o Município de São Félix do Coribe - Ba através do presente credenciamento, deverão apresentar sua documentação, em um envelope lacrado, no endereço citado no item 4.1.

4.4 As inscrições permanecerão abertas até vigência do Edital.

4.5 A abertura dos envelopes da documentação será realizada na medida em que forem entregues, tudo regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e, mediante as condições do edital.

4.6 A efetivação do credenciamento dar-se-á somente quando da apresentação dos documentos enumerados nos itens 5. deste instrumento.

4.7 O Envelope de Credenciamento, deverá estar lacrado, contendo na parte externa, as seguintes informações:

ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO

Município de São Félix do Coribe - Ba

CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de São Félix do Coribe/BA, compreendendo veículos leves, motocicletas, utilitários, vans, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e implementos, com fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, bem como serviços de funilaria, lanternagem, pintura, borracharia e guincho/reboque/transporte, mediante aplicação de desconto sobre a Tabela Referencial “TRAZ VALOR” adotada pela Administração.

RAZÃO SOCIAL (Completa)

CNPJ (Nº)

5. DA DOCUMENTAÇÃO:

5.1 Os documentos necessários para o credenciamento deverão ser apresentados no original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, ou por servidores do Departamento de Licitações, conforme relação a seguir:

5.1.1 Habilitação Jurídica:

5.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





5.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

5.1.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

5.1.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

5.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

5.1.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

5.1.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

5.1.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

5.1.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.1.2 A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal;

5.1.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;





5.1.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital, relativa ao domicílio ou sede do proponente, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.

a) Caso o proponente seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.1.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do proponente, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

a) Caso o proponente seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

5.1.2.6. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011).

5.1.3 **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

5.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

5.1.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando;

5.1.3.3. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e





Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

a) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

d) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

f) O microempreendedor individual está dispensado de apresentar balanço patrimonial.

5.1.4 REFERENTE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

5.1.4.1. Comprovação de aptidão operacional para a execução dos fornecimentos/prestação de serviços correlatos, de forma a demonstrar a similaridade e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito





público ou privado, regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.1.4.1.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

a) Fornecimento de peças, acessórios ou insumos para manutenção de veículos, caminhões ou equipamentos ou equivalentes.

b) Prestação de serviços mecânicos, elétricos, funilaria, borracharia, ou equivalentes

5.1.4.1.2. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

5.1.4.1.3. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos*

5.1.4.2. Declaração formal de disponibilidade de **máquinas e equipamentos, aparelhamento técnico, estrutura física e pessoal qualificado suficientes e compatíveis** com a execução dos serviços objeto dos itens específicos [SERVIÇOS MECÂNICOS, COMPLEMENTARES OU DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, PEÇAS OU EQUIVALENTES - Conforme cada Item requerido para se credenciar], de forma a garantir a continuidade, a regularidade, a qualidade e a segurança dos serviços, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

5.1.4.3. Declaração Unificada, conforme modelo em Anexo, atestando expressamente:

a) *que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;*

b) *que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a*





integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;;

c) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas em sistema públicos ou privados. Com acesso pessoal, assumindo como firmes e verdadeiras;

d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Artigo 1º, e no inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal;

f) de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.2 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o proponente tenha em seu objeto social atividades compatíveis com o objeto deste Edital e condizente com o item requerido.

5.3 O atendimento aos requisitos de habilitação e o deferimento do credenciamento habilitam o interessado a integrar o cadastro de credenciados para o(s) subitem(ns) em que for considerado apto, não gerando direito à contratação automática, exclusividade, demanda mínima ou execução de valor determinado, ficando eventual convocação condicionada às regras de distribuição das demandas, teto financeiro, teto físico, limite operacional por credenciado e demais condições previstas no Termo de Referência.

6. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO:

6.1 Os interessados deverão apresentar requerimento de credenciamento à Comissão de Contratação instruído com os documentos referidos neste instrumento;

6.2 O requerimento deverá ser apresentado no endereço constantes nos itens 4. e nele constar o número do Edital de Credenciamento, denominação completa do interessado, endereço físico, endereço eletrônico(e-mail) e telefone para contato;

6.3 No requerimento, o interessado deverá declarar expressamente sua plena ciência e concordância com os termos do credenciamento;

6.4 Exceto pelos documentos que devem ser elaborados e assinados diretamente pelo licitante, todos os demais exigidos para participação no processo devem ser apresentados em sua forma original ou por meio de cópia autenticada em cartório competente, publicação em





órgão da Imprensa Oficial, ou por servidores do Departamento de Licitações;

6.5 Para as certidões que não expressem os respectivos prazos de validade, reputar-se-ão válidas por 30 (trinta) dias, contados de sua emissão, salvo disposição expressa em sentido contrário neste Edital.

7. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS:

7.1 Caberá à Comissão de Contratação a apreciação dos pedidos de credenciamento.

7.1.1 A apreciação da Comissão de Contratação consistirá no exame da conformidade da documentação apresentada pelo interessado com o exigido neste Edital;

7.1.2 A validade das certidões obtidas na internet será confirmada pela Comissão de Contratação por ocasião da apreciação do pedido de credenciamento;

7.1.3 Sempre que necessário, a Comissão de Contratação poderá exigir informações complementares e realizar diligências a fim de viabilizar o adequado exame do pedido e verificar a autenticidade de documentos e informações prestadas;

7.1.4 Poderão ser convidados a colaborar com a Comissão de Contratação, assessorando-a, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados direta ou indiretamente a potenciais interessados no credenciamento, bem como qualquer outro servidor desta Municipalidade;

7.1.5 A Comissão de Contratação realizará buscas, inclusive em sites de órgãos oficiais, a fim de confirmar que o interessado não se enquadra em alguma das situações que impossibilitam a contratação;

7.2 Salvo situação excepcional, devidamente justificada, é de cinco dias úteis, contados da apresentação do requerimento, o prazo de que dispõe a Comissão de Contratação para comunicar o interessado acerca do acolhimento ou rejeição do pedido de credenciamento.

7.3 Nos casos de rejeição do pedido de credenciamento, a Comissão de Contratação exporá os motivos pertinentes.

7.4 O requerente, cuja solicitação tenha sido rejeitada, terá a oportunidade de corrigir erros ou suprir omissões que resultaram no indeferimento, inclusive através da apresentação de documentos adicionais. Esse procedimento deverá ser realizado por meio de um novo requerimento;

7.5 Todos os participantes que atenderem aos critérios estabelecidos neste Edital serão devidamente credenciados.

7.5.1 Do rito do procedimento:

7.5.1.1. Após a entrega do requerimento e documentos para Credenciamento dos interessados, a Comissão de Contratação publicará no Diário Oficial do Município a data de abertura dos envelopes, com prazo mínimo de 03 (três) dias úteis;

7.5.1.2. Na data e horário fixado para abertura dos envelopes a Comissão de Contratação realizará a abertura para apreciação dos





requerimentos de credenciamento, que será redigido Ata da Sessão;

7.5.1.3. A Comissão de Contratação divulgará no Diário Oficial do Município o Aviso de Resultados do Credenciamento, com relação dos proponentes que tiverem deferidos os seus pedidos;

7.5.1.4. O Aviso de Resultado publicado no Diário Oficial do Município estabelecerá o prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recursos referente aos resultados do Credenciamento;

7.5.1.5. Findado o prazo de recursos, a Comissão de Contratação apresentará relatório dos resultados conclusivos à Autoridade Competente para posterior homologação.

7.6 O deferimento do credenciamento importará na inclusão do interessado no cadastro de credenciados do respectivo subitem/categoria, observada a ordem cronológica de deferimento, a qual servirá como referência inicial para aplicação do sistema de rodízio e convocação das demandas, conforme regras estabelecidas no Termo de Referência.

7.7 A ordem cronológica de deferimento não impede a aplicação das hipóteses de quebra justificada da ordem de convocação previstas no Termo de Referência, especialmente em casos de urgência, indisponibilidade, recusa, ausência de resposta, incompatibilidade técnica, localização mais vantajosa, capacidade operacional específica ou necessidade de continuidade de serviço público.

8. DO CONTRATO, SUA CELEBRAÇÃO E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

8.1 O contrato de credenciamento é o instrumento que permitirá ao interessado executar os serviços objeto deste Edital.

8.2 O contrato detalhará as obrigações das partes e, independentemente de transcrição, é integrado pelas regras previstas neste Edital e seus anexos e seguirá, como diretriz interpretativa e na solução de casos omissos, os preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 89 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

8.3 O interessado tem o prazo de cinco dias úteis, a contar da convocação para este propósito, para comparecer à sede da Prefeitura Municipal, cujo endereço está especificado no item 4.1, a fim de formalizar o contrato.

8.3.1 O prazo de que dispõe o interessado para assinar o termo de contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que assim pleiteado durante o transcurso do prazo original e haja exposição de motivo justo, aceito pela Administração por meio do gestor da contratação;

8.3.2 O interessado convocado, caso prefira, dentro do prazo, poderá remeter à Administração o contrato devidamente assinado através do e-mail: prefeiturasfc.licita@gmail.com;

8.3.3 Recebido o e-mail de encaminhamento do contrato assinado, a





Administração o imprimirá e encaminhará à autoridade competente para assinatura. O contrato assim recebido será tratado como via original da contratação.

8.4 Depois de assinado por ambas as partes, o contrato será publicado em resumo na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

8.4.1 A publicação deverá ser realizada conforme previsão do artigo 54 da Lei Federal 14.133/2021.

8.4.2 Somente depois da publicação é que o credenciado pode iniciar a prestação dos serviços.

9. DO DESCREDENCIAMENTO:

9.1 O credenciado que, sem justificativa, descumprir as condições estabelecidas neste Edital estará sujeito, conforme a gravidade ou dano causado à contratante, à imediata exclusão do rol de credenciados (descredenciamento), respeitando o direito à ampla defesa e ao contraditório. Essa medida não prejudicará a aplicação de outras sanções administrativas e civis previstas na legislação aplicável ao caso.

9.2 As pessoas jurídicas credenciados, que não tenham mais a intenção de se manterem credenciados perante a Administração Pública, deverão manifestar-se formalmente quanto ao seu desinteresse na manutenção do credenciamento do objeto.

9.2.1 O pedido de descredenciamento será prontamente deferido, desde que não haja imediata previsão de sua utilização;

9.2.2 Para os casos mencionados no item 9.2, não haverá aplicação de sanções administrativas.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste exercício, e serão indicadas no Termo de Contrato ou no ato de emissão da Nota de Empenho.

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES:

11.1 Das decisões da Comissão de Contratação cabe recurso, desprovido de efeito suspensivo, salvo situação excepcional, assim reconhecida pela Administração.

11.2 A admissibilidade do recurso depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

11.2.1 O recurso deve ser apresentado em petição escrita, digitada, encaminhada à Comissão de Contratação por meio do Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Félix do Coribe- BA, no prazo de cinco dias úteis contados:

11.2.2 se contra ato de rejeição de pedido de credenciamento, da comunicação encaminhada ao interessado;

11.2.3 se contra ato de acolhimento de pedido de credenciamento, da publicação





resumida do contrato na imprensa oficial;

11.2.4 O recurso deve estar instruído com documentos que comprovem que seu subscritor tem poderes para se manifestar pelo recorrente.

11.3 Cabe ao recorrente indicar o ato contra que se opõe e apresentar os fundamentos de sua irresignação, com indicação de razões de fato e de direito, e, inclusive, instruir o recurso com os elementos de prova necessários ao subsídio da tese recursal.

11.4 Eventuais interessados no resultado do recurso serão intimados para apresentar contrarrazões no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento da comunicação.

11.5 Apresentado o recurso e decorrido o prazo para oposição de contrarrazões, a Comissão de Contratação se manifestará, motivadamente, se o ato impugnado disser respeito a decisões de sua alçada. Caso o recurso diga respeito a ato de responsabilidade de outro servidor, a Comissão lhe remeterá os autos para viabilizar sua manifestação.

11.5.1 Cumprido o item 11.5, os autos seguirão ao gestor da contratação, que decidirá motivadamente pelo não conhecimento ou conhecimento e, nesse caso, provimento ou não provimento do recurso.

11.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação exclusiva dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 Qualquer um do povo poderá impugnar o presente Edital, para o que deverá trazer toda a argumentação e documentos necessários para seu adequado processamento.

11.8 O conhecimento da impugnação está condicionado ao preenchimento dos mesmos critérios previstos para os recursos.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1 Este Edital deve ser interpretado de modo a propiciar a ampliação do número de credenciados para execução do objeto diretamente à população deste Município, o que não retira do interessado o dever de conhecer e preencher plenamente os requisitos necessários para se credenciar.

12.2 Compete ao interessado fazer minucioso exame do Edital.

12.3 A apresentação do pedido de credenciamento vincula a interessada, sujeitando-a, integralmente, às condições deste edital.

12.4 O interessado é responsável pela veracidade, fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a rejeição de seu pedido de credenciamento ou, se já credenciado, a rescisão contratual, sem prejuízo da incidência das sanções cabíveis.

12.5 Ressalvadas as situações em que a Lei exige publicação em órgão oficial de imprensa, as comunicações encaminhadas aos interessados e credenciados serão feitas por e-mail ou correspondência postal.

12.6 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

12.6.1 Se inicia a contagem de prazo em dia de expediente na Prefeitura Municipal de São Félix do Coribe - BA.





- 12.6.2 Caso o vencimento coincida com fim de semana, feriado ou dia em que não houver expediente na Prefeitura, será ele prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.
- 12.7 Por razões de interesse público devidamente comprovado, a Administração poderá revogar este Edital e os eventuais contratos dele decorrentes ou anulá-los por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que tal ato gere obrigação de indenizar, sem prejuízo do disposto no artigo nº 137 da Lei nº 14133/2021.
- 12.7.1 A nulidade do procedimento induz a do contrato.
- 12.7.2 Assegura-se o contraditório e a ampla defesa prévios à anulação ou revogação do Edital, procedimento ou contrato.
- 12.8 Sem prejuízo da publicação na imprensa oficial, este Edital permanecerá acessível no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de São Félix do Coribe - BA: https://saofelixdocoribe.ba.gov.br/transparencia/compras/editais_de_licitacao, no Portal Licitanet: www.licitanet.com.br, bem como, no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
- 12.9 Eventuais pedidos de esclarecimentos a respeito deste edital, bem como os seus elementos constitutivos, poderão ser sanados pelo e-mail: prefeiturasfc.licita@gmail.com no horário do expediente administrativo, de segunda a sexta-feira, das 08h. às 12h. e das 14h. às 17h.
- 12.10 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 12.11 Fica eleito o foro da Comarca de Santa Maria da Vitória/BA, para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas da aplicação deste Edital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja
- 12.12 Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena:
- 12.12.1 Anexo I – Termo de Referência;
 - 12.12.2 Anexo II – Requerimento de Credenciamento;
 - 12.12.3 Anexo III – Declaração unificada;
 - 12.12.4 Anexo IV - Indicação de Instalações, Aparelhamento e Pessoal Técnico
 - 12.12.5 Anexo IV - Minuta do contrato.

São Félix do Coribe - BA, 25 de maio de 2026.

TONI MARCOS SANTOS

Prefeito



(77) 3491-2921
(77) 3491-2922



Rua Lourenço da Silva Pereira, 77
Centro, São Félix do Coribe - BA
Cep: 47670-057



CNPJ: 16.430.951/0001-30



prefeitura@saofelixdocoribe.ba.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026

1. DO OBJETO

1.1. **OBJETO:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para o fornecimento futuro e eventual de peças, componentes, acessórios e insumos, bem como para a prestação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo serviços de funilaria, lanternagem, pintura, borracharia e guincho/reboque/transporte, destinados à frota municipal de motocicletas, veículos leves, utilitários, vans, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e implementos, mediante aplicação de desconto sobre a Tabela Referencial TRAZ VALOR adotada pela Administração, observada a divisão do objeto em subitens independentes

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A manutenção adequada da frota municipal é indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos, a segurança dos usuários, a preservação do patrimônio público e a eficiência das atividades administrativas e finalísticas do Município.

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo de peças, componentes, acessórios e insumos, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de serviços especializados correlatos, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos da Administração.

2.3. Considerando a dinâmica administrativa do Município, na qual o fornecimento de peças pode ocorrer por empresa distinta daquela responsável pela execução dos serviços, optou-se pelo parcelamento do objeto em subitens independentes, solução que amplia a competitividade, favorece a especialização por segmento e proporciona maior eficiência na gestão da manutenção da frota.

2.4. Justifica-se, ainda, a adoção do critério de remuneração por desconto sobre a Tabela Referencial TRAZ VALOR, em razão da diversidade da frota, da variedade de peças e serviços passíveis de contratação e da inviabilidade de definição prévia exaustiva de todos os itens que poderão ser demandados ao longo da vigência do credenciamento.

2.5. O credenciamento mostra-se adequado por permitir a formação de rede de fornecedores e prestadores aptos a atender, conforme a necessidade da Administração, os diversos segmentos da frota municipal, observadas as condições fixadas no edital e no Termo de Referência.

2.6. **Relação de veículos e equipamentos que compõe a Frota Municipal:**



PLACA	MODELO
DPB-3679	ONIBUS BRANCO
JJS9343	TITAM 150 SENFAZ
JOQ-6447	BIZ VERMELHA
JOQ-7374	TITAN AZUL
JRF-1798	UNO BRANCO MECANICA
KOU-2153	ONIBUS BRANCO
KVE-5248	MICRO-ÔNIBUS AMARELO
MQM-3437	ÔNIBUS AZUL
NTD-0193	MICRO-ÔNIBUS AMARELO
NTJ-1647	BROS GCM
NTJ-1744	BROS GCM
NVQ6973	STRADA BRANCA JUIZ
NYV-4117	ONIBUS AMARARELO
NZB5689	MASTER
NZP3121	KOMBI
OLF-6931	UNO BRANCO
OLF-7953	UNO BRANCO
OLF-9262	UNO BRANCO
OUR-8305	ONIBUS AMARELO
OUR9541	ATRON 2729 PIPA BRANCO
OZE-6163	PALIO BRANCO
OZE-6887	PALIO BRANCO
OZE-7213	PALIO
OZE-9079	PALIO BRANCO
OZF0499	KANGO
OZH-3545	RANGER
OZJ-0479	PALIO BRANCO
OZM-9249	ONIBUS AMARELO
OZO-1955	ONIBUS AMARELO
OZS-8003	CAÇAMBA 26580 BRANCO
OZS-8515	MICRO-ÔNIBUS AMARELO
PA CARREGADEIRA HYUNDAI PREFEITURA	ZAQ0013
PJJ-1371	TITAN
PJJ-1914	TITAN BRANCA
PJJ-8596	TITAN BRANCA
PJM-8333	TITAN
PJZ-4467	PALIO ENDEMIAS
PKA0444	FRONTIER
PKG-9703	SPIN BRANCO
PKO-2271	MICRO-ÔNIBUS AMARELO
PKO-5107	MICRO-ÔNIBUS AMARELO
PKO-5603	MICRO-ÔNIBUS AMARELO
PKQ-3305	MICRO-ONIBUS



PKR-3423	MICRO-ÔNIBUS AMARELO
PKS6924	MICRO-ÔNIBUS
PKT9819	CHEVROLET ÔNIX AGRICULTURA
PKV6902	SPRIT415
PKX-0396	KA
PKX-0618	KA
PLL0D93	MONTANA
PLM5A03	TRITON
PLV4107	MASTER
PLX7D99	MICRO-ÔNIBUS AMARELO
PQL2789	SANDERO
RBK3F22	FIAT STRADA
RCR8D69	AIRCROSS BRANCO
RCX4D69	MICRO-ÔNIBUS AMARELO
RCZ4D84	MICRO-ÔNIBUS AMARELO
RDG3H74	ONIBUS
RDG9D68	STRADA BRANCA
RDH0E95	ONIX JOY
RDH3D98	CHEVROLET ÔNIX JOY
RDK3A91	STRADA GUARDA MUNICIPAL
RDK3F22	STRADA
RDR4J37	STRADA - AMBULÂNCIA
VER PLACA	XTZ
VER PLACA	XTZ
RPG0C14	XTZ
RPZ5F08	CAÇAMBA IVECO ATTACK
SJT5B75	HILUX - AMBULÂNCIA
SJX4H79	ÔNIBUS ESCOLAR
SKD9G71	ÔNIBUS TRANSPORTE ESCOLAR
SKE2F54	OROCH
SKG7I25	HILUX AMBULÂNCIA
SKO3G44	ARGO
SKQ6J38	AMBULANCIA NOVA SAMU
SKR9E50	HILUX AMBULÂNCIA 03
TFG4B84	S10 ADM GABINETE
TGR0126	ÔNIBUS ESCOLAR AMARELO
TGS8E42	YARIS ASSISTÊNCIA SOCIAL
TGW0B30	FIAT ARGO
TGW9B52	FIAT ARGO
TGY9B34	VAN TRASIT TFD
TGZ5I66	ÔNIBUS AMARELO CRECHE
ZAQ-0006	PATROL 120K AMARELO
ZAQ-0008	RETROESCAVADEIRA AMARELO XCMG
ZAQ-0009	RETROESCAVADEIRA AMARELO



ZAQ-0010	PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI
ZAQ-0013	FIAT STRADA VERMELHA SEM PLACA
ZAQ0001	TRATOR TT4030 AZUL ROÇADEIRA
ZAQ00017	TRATOR ROÇADEIRA GRAMA
ZAQ0002	TRATOR TT4030
ZAQ0012	FIAT UNO WAY PLOTADO SEM PLACA
ZAQ0016	VOLKSWAGEN VOYAGE SEM PLACA

3. TABELA ORÇAMENTÁRIA E ESTIMATIVA POR ITEM

3.1. Para fins de planejamento da contratação, reserva orçamentária e definição do valor global estimado do credenciamento, a Administração adotou a seguinte distribuição por subitens, considerando a composição da frota municipal, a natureza dos serviços e a separação entre fornecimento de peças e prestação de serviços:

Item	Descrição	Quant	Valor unitário	(%) percentual de desconto sobre tabela referencial	Valor total estimado
1	Motocicletas – fornecimento de peças e acessórios genuínos/originais (Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	5%	R\$ 35.000,00
2	Motocicletas – prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	5%	R\$ 25.000,00
3	Veículos leves – fornecimento de peças e acessórios genuínos/originais (Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 700.000,00
4	Veículos leves – prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 90.000,00
5	Utilitários, pickups e vans – fornecimento de peças e acessórios genuínos/originais (Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 450.000,00



6	Utilitários, pickups e vans – prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 100.000,00
7	Caminhões e ônibus – fornecimento de peças e acessórios genuínos/originais (Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 450.000,00
8	Caminhões e ônibus – prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 200.000,00
9	Máquinas pesadas e implementos – fornecimento de peças e acessórios genuínos/originais (Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo)	1	300.000,00	10%	R\$ 450.000,00
10	Máquinas pesadas e implementos – prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 180.000,00
11	Funilaria, lanternagem e pintura para veículos leves, utilitários, pesados e máquinas, inclusive materiais. (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 90.000,00
12	Borracharia – montagem, desmontagem, conserto e troca de pneus. (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 250.000,00
13	Guincho, reboque e transporte de veículos e máquinas. (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 200.000,00
Valor Global Estimado					R\$ 3.220.000,00



3.1.1. A coluna “QUANT” foi fixada em unidade estimativa única por item, tendo em vista que, no credenciamento com remuneração por desconto sobre tabela referencial, não é possível prever com exatidão a quantidade de peças e serviços que será efetivamente demandada durante a vigência contratual.

3.1.2. Os percentuais de desconto indicados na tabela constituem referência para o credenciamento, observadas as condições do edital, a vantajosidade da contratação e a aplicação sobre a Tabela Referencial TRAZ VALOR adotada pela Administração.

3.2. Do teto financeiro estimado

3.2.1. Para fins de planejamento, reserva orçamentária, controle da despesa pública e definição do limite máximo estimado da contratação, o teto financeiro global do presente credenciamento corresponde a **R\$ 3.200.000,00 (três mil e duzentos mmil reais)**, distribuído entre os subitens constantes da tabela orçamentária deste Termo de Referência.

3.2.2. O teto financeiro indicado corresponde ao valor global máximo estimado que a Administração pretende despende durante a vigência inicial do credenciamento, não implicando obrigação de contratação integral, consumo total dos valores estimados ou garantia de demanda mínima a qualquer credenciado.

3.2.3. A execução financeira ocorrerá de forma futura, eventual e parcelada, conforme a necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária, a autorização prévia da despesa, a aprovação do orçamento apresentado pela credenciada, a regular execução do fornecimento ou serviço e a respectiva liquidação da despesa.

3.2.4. Cada ordem de serviço, autorização de fornecimento ou documento equivalente deverá observar o saldo estimado do respectivo subitem, o percentual de desconto contratado, a Tabela Referencial TRAZ VALOR adotada pela Administração e a prévia aprovação pela unidade responsável.

3.2.5. A Administração não se obriga a contratar a totalidade do valor estimado, sendo as contratações realizadas conforme a demanda efetiva da frota municipal, a necessidade de cada Secretaria, a disponibilidade orçamentária, a conveniência administrativa e os critérios objetivos de convocação e distribuição das demandas entre os credenciados.

3.2.6. Para fins de controle da execução e preservação da rotatividade entre os credenciados, o teto financeiro global estimado será gerenciado por subitem e por credenciado, podendo a Administração estabelecer limite financeiro operacional inicial de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor estimado do respectivo subitem para cada credenciado, conforme quantidade de empresas habilitadas, capacidade operacional disponível, necessidade administrativa e critérios de distribuição previstos neste Termo de Referência.



4. DEMANDA, PARCELAMENTO E CRITÉRIO DE ESTIMATIVA

4.1. A demanda da presente contratação decorre da necessidade contínua de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, composta por motocicletas, veículos leves, utilitários, vans, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e implementos, bem como da necessidade de serviços correlatos de funilaria, borracharia e guincho/reboque/transporte.

4.2. Em razão da natureza do objeto, não é possível estabelecer previamente a quantidade exata de peças, componentes, acessórios e serviços que serão efetivamente demandados, uma vez que as necessidades de manutenção variam conforme o uso da frota, o desgaste natural, a ocorrência de falhas, avarias e situações emergenciais.

4.3. Considerando a dinâmica administrativa do Município, na qual o fornecimento de peças pode ocorrer por empresa distinta daquela responsável pela execução dos serviços, optou-se pelo **parcelamento do objeto em subitens independentes**, com separação entre:

- a) fornecimento de peças, componentes e acessórios;
- b) prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- c) serviços especializados, como funilaria, lanternagem, pintura, borracharia e guincho/reboque/transporte.

4.4. O parcelamento adotado busca ampliar a competitividade, favorecer a especialização por segmento, permitir a participação de empresas com diferentes perfis operacionais e assegurar maior eficiência na gestão da manutenção da frota municipal.

4.5. Do teto físico estimado e dos parâmetros de controle da demanda

4.5.1. Para fins de planejamento, controle da execução e gestão da despesa pública, o teto físico da presente contratação será aferido a partir dos quantitativos estimativos e parâmetros operacionais vinculados às demandas de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, considerando a natureza futura, eventual, variável e imprevisível do objeto.

4.5.2. O teto físico estimado não corresponde à previsão exata de consumo de cada peça, componente, acessório, insumo ou serviço, mas ao limite referencial de demandas que poderão ser autorizadas pela Administração durante a vigência do credenciamento, conforme necessidade efetiva, disponibilidade orçamentária, saldo financeiro estimado e capacidade operacional dos credenciados.

4.5.3. Para controle do teto físico, a Administração utilizará, no mínimo, os seguintes parâmetros:

- a) quantidade de ordens de serviço emitidas;
- b) quantidade de autorizações de fornecimento expedidas;



- c) quantidade de veículos, máquinas, equipamentos ou implementos atendidos;
- d) quantidade de orçamentos solicitados, aprovados ou recusados;
- e) quantidade de peças, componentes, acessórios e insumos fornecidos;
- f) quantidade de serviços de manutenção preventiva e corretiva executados;
- g) horas técnicas de mão de obra, quando aplicável;
- h) quantidade de revisões, diagnósticos, reparos, substituições e serviços correlatos;
- i) quantidade de serviços de alinhamento e balanceamento, quando demandados;
- j) quantidade de serviços de funilaria, lanternagem e pintura;
- k) quantidade de serviços de borracharia, montagem, desmontagem, conserto e troca de pneus;
- l) quantidade de serviços de guincho, reboque e transporte;
- m) valores executados por veículo, secretaria, subitem, credenciado e período.

4.5.4. A execução física do objeto deverá ser registrada em ordem de serviço, autorização de fornecimento, orçamento aprovado, relatório técnico, nota fiscal e demais documentos pertinentes, permitindo a identificação do veículo atendido, do serviço realizado, das peças fornecidas, do valor aplicado, do desconto contratado, da unidade administrativa demandante e do credenciado responsável.

4.5.5. O controle do teto físico será realizado pela fiscalização contratual, pela Coordenação de Frota e pela unidade demandante, de modo a evitar execução sem autorização, duplicidade de serviços, fornecimento indevido de peças, consumo desproporcional, cobrança incompatível com a Tabela Referencial TRAZ VALOR ou superação injustificada dos limites estimados.

4.5.6. Eventual necessidade de ampliação, remanejamento ou adequação dos quantitativos físicos estimados deverá ser previamente justificada pela unidade demandante, com demonstração da necessidade pública, compatibilidade com a frota municipal, disponibilidade orçamentária e observância das disposições da Lei nº 14.133/2021.

5. PRODUTIVIDADE E CAPACIDADE MINIMA DE FORNECIMENTO DO OBJETO

5.1. A interessada deverá possuir capacidade operacional, técnica, logística e administrativa compatível com o item para o qual requerer credenciamento.

5.2. Para os itens de **fornecimento de peças, componentes, acessórios e insumos**, a empresa deverá comprovar capacidade de atendimento compatível com o objeto, inclusive quanto à disponibilidade de fornecimento, logística de entrega e atendimento aos prazos fixados pela Administração, não sendo exigível estrutura típica de oficina mecânica, salvo se também requerer credenciamento para subitem de serviços.



5.3. **Para os itens de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva**, a empresa deverá dispor de estrutura física adequada, ferramental compatível, equipamentos usuais da atividade, recursos de diagnóstico, quando necessários, e equipe apta à execução dos serviços correspondentes ao subitem pretendido.

5.4. **Para os itens relativos a serviços especializados, como funilaria, lanternagem, pintura, borracharia e guincho/reboque/transporte**, a empresa deverá possuir estrutura, equipamentos, ferramentas e recursos operacionais compatíveis com a especialidade correspondente.

5.5. Quando o item envolver execução em oficina ou estrutura física específica, a interessada deverá dispor de estabelecimento apto à realização dos serviços, em condições adequadas de funcionamento, segurança e atendimento.

5.6. Quando a execução do objeto exigir atendimento presencial em oficina ou estrutura física específica, a Administração poderá exigir localização em raio compatível com a economicidade, a logística operacional e a eficiência do acompanhamento contratual, desde que a exigência seja devidamente justificada e proporcional à natureza do item.

5.7. Os prazos de execução dos serviços constarão do orçamento apresentado pela credenciada e aprovado pela Administração, devendo observar a natureza e a complexidade do reparo, a necessidade de obtenção de peças e a urgência da demanda.

5.8. Em casos excepcionais e devidamente justificados, a contratada deverá atender às requisições avulsas de peças e acessórios no prazo máximo definido pela Administração na ordem de fornecimento.

5.9. A exigência de equipamentos específicos será aferida conforme a natureza do lote ou subitem pretendido, não sendo obrigatória a demonstração de estrutura ou aparelhamento alheios à especialidade para a qual a empresa solicitar credenciamento.

5.10. A Administração poderá realizar vistoria prévia ou diligência in loco, mediante motivação, para verificar a compatibilidade entre a estrutura declarada pela interessada e o objeto do item pretendido.

5.11. A contratada deverá manter, durante toda a vigência do credenciamento e das contratações dele decorrentes, as condições de estrutura operacional e capacidade técnica declaradas para execução do objeto.

6. DA DISTRIBUIÇÃO DAS DEMANDAS E CONVOCAÇÃO DOS CREDENCIADOS

6.1. A distribuição das demandas decorrentes do presente credenciamento observará critério objetivo, impessoal e previamente definido, de modo a assegurar isonomia entre os credenciados, transparência na execução, controle da despesa pública e atendimento eficiente das necessidades da Administração.



6.2. Considerando a natureza futura, eventual e variável do objeto, a diversidade da frota municipal, a divisão do objeto em subitens independentes e a possibilidade de credenciamento de múltiplas empresas aptas, a Administração adotará, como regra geral, o **sistema de rodízio entre os credenciados habilitados em cada subitem/categoria.**

6.3. O rodízio será aplicado separadamente para cada subitem ou categoria de credenciamento, observada a compatibilidade entre a demanda concreta e o objeto para o qual a empresa estiver credenciada, especialmente quanto a:

- a) fornecimento de peças, componentes, acessórios e insumos;
- b) prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- c) serviços de funilaria, lanternagem e pintura;
- d) serviços de borracharia;
- e) serviços de guincho, reboque e transporte;
- f) categorias da frota, tais como motocicletas, veículos leves, utilitários, vans, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e implementos.

6.4. A ordem inicial do rodízio observará a **ordem cronológica de deferimento do credenciamento** ou de inclusão do interessado no cadastro de credenciados, respeitado o subitem para o qual a empresa tenha sido habilitada.

6.5. A convocação do credenciado deverá considerar, além da ordem de rodízio, os seguintes critérios objetivos:

- a) compatibilidade entre a demanda e o subitem credenciado;
- b) capacidade técnica e operacional declarada e comprovada;
- c) disponibilidade para atendimento no prazo necessário;
- d) especialidade técnica exigida para o serviço ou fornecimento;
- e) localização da oficina, estabelecimento ou estrutura de atendimento, quando relevante para a urgência, economicidade ou eficiência da demanda;
- f) regularidade fiscal, trabalhista, contratual e sancionatória;
- g) inexistência de pendência técnica ou contratual que comprometa nova convocação;
- h) histórico de recusas injustificadas, atrasos ou falhas de execução anteriormente registradas.

6.6. Havendo impossibilidade de atendimento pelo credenciado da vez, ausência de resposta no prazo fixado, recusa justificada, incompatibilidade técnica, indisponibilidade operacional ou situação de urgência devidamente motivada, a Administração poderá convocar o credenciado subsequente no rodízio ou aquele que detenha condição objetiva mais adequada ao atendimento da demanda.

6.7. A eventual quebra da ordem de rodízio deverá ser formalmente justificada nos



autos da respectiva demanda, com indicação do motivo, do veículo ou equipamento atendido, do subitem correspondente, do orçamento aprovado e da autorização da despesa.

6.8. A recusa injustificada do credenciado em atender demanda compatível com o subitem para o qual se credenciou será registrada pela Administração e poderá ensejar a convocação do próximo credenciado, sem prejuízo da apuração de eventual descumprimento das condições do credenciamento.

6.9. O credenciamento não gera direito à contratação mínima, exclusividade, distribuição igualitária de valores ou execução integral do saldo estimado, ficando toda demanda condicionada à necessidade administrativa, à disponibilidade orçamentária, à autorização prévia da despesa e à regularidade do credenciado.

6.10. A Administração manterá controle formal das convocações, recusas, atendimentos, ordens de serviço, autorizações de fornecimento, valores executados e saldo estimado por subitem, a fim de permitir a verificação da isonomia, impessoalidade, economicidade e transparência na distribuição das demandas.

6.11. Do limite financeiro operacional por credenciado

6.11.1. Para fins de preservação da rotatividade, ampliação da competitividade, manutenção de rede ativa de credenciados e adequada distribuição das demandas, a Administração poderá estabelecer limite financeiro operacional por credenciado, observado o valor estimado do(s) subitem(ns) para o(s) qual(is) a empresa tenha sido habilitada.

6.11.2. Como regra geral, cada credenciado poderá ser contratado, inicialmente, até o limite de **20% (vinte por cento)** do valor estimado do respectivo subitem de credenciamento, sem prejuízo da aplicação do sistema de rodízio previsto neste Termo de Referência.

6.11.3. Havendo número suficiente de credenciados aptos no mesmo subitem, a Administração poderá adotar limite inicial de até **10% (dez por cento)** do valor estimado do respectivo subitem por credenciado, com a finalidade de preservar a rotatividade, evitar concentração de demandas e manter maior número de credenciados disponíveis para atendimento da frota municipal.

6.11.4. Os limites previstos nos itens anteriores possuem natureza operacional e estimativa, não constituindo garantia de contratação mínima, exclusividade, reserva de mercado ou direito subjetivo à execução de determinado valor, servindo apenas como parâmetro de planejamento, controle da despesa e distribuição equilibrada das demandas.

6.11.5. A Administração poderá ultrapassar o limite operacional previsto para determinado credenciado quando houver justificativa formal, especialmente nas seguintes hipóteses:



- a) inexistência de outros credenciados aptos no mesmo subitem;
- b) indisponibilidade, recusa ou ausência de resposta dos demais credenciados;
- c) urgência na manutenção de veículo, máquina ou equipamento essencial;
- d) necessidade de continuidade de serviço público;
- e) especialidade técnica ou capacidade operacional específica do credenciado;
- f) localização mais vantajosa para atendimento da demanda;
- g) risco de paralisação da frota municipal;
- h) necessidade de atendimento emergencial ou corretivo inadiável.

6.11.6. A ultrapassagem do limite operacional deverá ser previamente motivada pela unidade demandante, Coordenação de Frota ou fiscalização contratual, com indicação da necessidade administrativa, do subitem correspondente, do saldo disponível, do credenciado convocado, do orçamento aprovado e da razão pela qual não foi possível observar o limite ordinário de distribuição.

6.11.7. O controle do limite financeiro operacional será realizado por subitem, credenciado, secretaria demandante, ordem de serviço, autorização de fornecimento e valor executado, devendo a Administração manter registro atualizado dos valores autorizados, executados, liquidados e pagos.

6.11.8. Atingido o limite operacional ordinário de determinado credenciado, a Administração deverá priorizar a convocação dos demais credenciados aptos no mesmo subitem, observada a ordem de rodízio, a capacidade técnica, a disponibilidade de atendimento e a regularidade do credenciado.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização será realizada, por servidor designado em cada Unidade Administrativa Demandante ou, na ausência deste, pelo Secretário Municipal da respectiva pasta.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado mensalmente, de forma que a empresa credenciada terá até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para a apresentação da Nota Fiscal ou equivalente.

8.2. Junto ao faturamento/NF, deverão ser anexadas certidões vigentes do FGTS, fazendas federal, estadual e municipal e ainda a certidão negativa de débitos trabalhistas, sob pena de não ser o pagamento efetuado até que sejam regularizados débitos que porventura possam existir.

8.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou ainda na falta da



comprovação de adimplência junto aos órgãos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.4. Após a apresentação da Nota Fiscal ou equivalente e demais obrigações, o Município de São Félix do Coribe efetuará o pagamento à empresa credenciada em até 10 (dez) dias após a liquidação.

8.5. No caso de despesas com valor inferior ao valor previsto para Dispensa de Licitação, Art. 75, II da Lei 14.133/2021, o prazo previsto no item anterior será reduzido à metade.

8.6. Havendo erro na Fatura, Nota Fiscal, Recibo ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será susinado, até que a contratada tome as medidas saneadoras necessárias.

8.7. Caso haja documentos faltantes ou incorretos, ou qualquer pendência ou irregularidade quanto aos serviços prestados, não será iniciada a contagem de prazo para pagamento. Os valores a serem pagos as empresas CREDENCIADAS serão efetuados mediante depósito direto em conta corrente/transferência bancária on-line ou através de cheque nominal, de acordo com cada fonte de recursos.

9. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

9.1. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço, que venham a ser solicitados pelos empregados da CREDENCIADA.

9.2. Aprovar, anteriormente à execução dos serviços, o orçamento repassado pela CREDENCIADA.

9.3. Acompanhar e fiscalizar, com rigor, o cumprimento do objeto desta contratação, a fim de que os serviços sejam realizados com eficiência.

9.4. Dar ciência à CREDENCIADA imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento.

9.5. Verificar, ao receber a Nota Fiscal eletrônica, se os valores cobrados pela CREDENCIADA estão de acordo com o preço fixado na Tabela Referencial, e se os descontos efetuados são aqueles previstos em contrato.

9.6. Caberá ao responsável pela encaminhamento da Ordem de Serviços/Fornecimentos o repasse prévio à contratada, por escrito, de todas as orientações, artes e recomendações necessárias, para o cumprimento do objeto em conformidade com este edital

9.7. Efetuar pagamento à CREDENCIADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas em contrato.

9.8. Notificar a CREDENCIADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.



10. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Além das obrigações previstas neste Termo de Referência e legislação aplicável, a CREDENCIADA deverá:

- 10.1. Responsabilizar-se-á pela execução do objeto especificado na Ordem de Serviços/Fornecimentos.
- 10.2. Responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessários à entrega do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do neste Termo de Referência e no contrato.
- 10.3. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus Empregados.
- 10.4. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento, conforme Lei 14.133/21.
- 10.5. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, modelo, fabricante e prazo de garantia.
- 10.6. A Contratada deverá atender, em casos excepcionais, às requisições avulsas de peças e acessórios no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.7. As peças e acessórios deverão ser novas de caráter GENUÍNO ou ORIGINAL DE FÁBRICA, no qual deverão ser fornecidos de acordo com o pedido e percentual de desconto ofertado na Proposta de Preço da contratada, o qual incidirá sobre a tabela TRAZ VALOR.
- 10.8. Oferecer garantia das peças fornecidas pelo período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias ou 5.000 (cinco mil) Km rodados, a partir da emissão da respectiva nota fiscal.
- 10.9. Fornecer para a Contratante os números dos telefones fixos, celulares ou quaisquer outras formas de comunicação com os responsáveis pela empresa.
- 10.10. Caso o veículo ou máquina não possa se locomover, a contratada deverá efetuar a manutenção dos mesmos no pátio da oficina.
- 10.11. A Contratada deverá possuir oficina no raio de 300 (trezentos) quilômetros da sede do Município de São Félix do Coribe,
- 10.12. A Contratada se responsabilizará integralmente pela qualidade dos serviços prestados, bem como todo o descritivo constante no Termo de Referência.
- 10.13. Prestar os serviços de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma ininterrupta no período de 8h às 18h, nos dias úteis.



10.14.Estar disponível em finais de semana e feriados, para o caso de atendimento emergencial de 24hrs.

10.15.Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão compostos de mão-de-obra referente à execução de reparos, conservação e recuperação de veículos.

10.16.A contratada deverá apresentar orçamento para execução dos serviços no prazo de 02 (dois) dias úteis após a entrada do veículo no seu estabelecimento ou da solicitação do serviço pelo Setor de Compras ou Coordenação de Frota do Município de São Félix do Coribe, discriminando de forma clara e padronizada, os serviços a serem executados e as peças a serem utilizadas, bem como indicá-los na tabela TRAZ VALOR e tabela TEMPÁRIA.

10.17.O prazo para execução dos serviços será informado em cada orçamento, obedecendo ao máximo de 72 (setenta e duas) horas após a aprovação do respectivo orçamento, incluso o prazo de entrega pelo fornecedor da peça eventualmente necessária e sua instalação. Podendo ser prorrogado mediante prévia comunicação ao Município de São Félix do Coribe dos motivos e fatos que impeçam a conclusão no prazo inicial.

10.18.Executar o serviço atendendo aos parâmetros definidos pelas normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou na falta dessas, de acordo com normas plenamente reconhecidas pelo fabricante, zelando e assumindo inteira responsabilidade técnica pela perfeita execução dos serviços contratados, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra, equipamentos, transporte e ferramentas necessárias à execução do objeto às suas expensas, sem alteração do valor dos serviços, assegurando à Contratante o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer orçamento, serviço e/ou fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Contratada, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes do Contrato/Ata.

10.19.Permitir livre acesso dos representantes do Município de São Félix do Coribe às dependências da Contratada, para procedimentos de fiscalização.

10.20.Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer vínculo empregatício com o Município de São Félix do Coribe, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

10.21.Executar os serviços que envolvam condução de quaisquer dos veículos ou máquinas constantes da frota municipal, durante a execução de repaços/manutenções, com pessoal possuidor de habilitação (CNH – Carteira Nacional de Habilitação), levando em consideração, inclusive, a categoria exigida para cada veículo.

10.22.Refazer ou corrigir os serviços não aceitos, no prazo máximo de 48 (quarenta e



oito) horas.

10.23. Todas as ferramentas utilizadas tanto na manutenção preventiva como na corretiva deverão ser fornecidas pela Contratada, devendo comprometer-se a disponibilizá-las para a realização do serviço.

10.24. A Credenciada deverá atender prontamente e iniciar a todos os chamados que receber do Fiscal do Contrato ou pelo representante do Município de São Félix do Coribe, no prazo máximo de 01 (uma) hora – tanto para zona urbana, quanto rural, contados do registro da solicitação do serviço, quando da ocorrência de pane em componentes dos veículos, sejam de quais naturezas forem. No caso de revisões de caráter preventivo, será obedecido cronograma a ser definido entre as partes, no interesse da Administração.

10.25. A Contratante pagará pelos serviços nos termos dos orçamentos previamente aprovados pelo Fiscal do Contrato.

10.26. A Contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato as peças e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos.

10.27. Oferecer garantia dos serviços executados por um período mínimo de 90 (noventa) dias ou 5.000 (cinco mil) Km rodados, a partir da emissão da respectiva nota fiscal/fatura.

10.28. Manter materiais, equipamentos e ferramentas suficientes para o regular atendimento dos serviços contratados, dentro das especificações definidas no Termo de Referência.

10.29. Os serviços prestados deverão ter garantia expressa no orçamento da Contratada.

10.30. Conservar e guardar com extrema diligência os veículos da Contratante em sua oficina durante a prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva, sendo permitido seu uso apenas para teste de rodagem com o devido registro da quilometragem percorrida para posterior apresentação ao Fiscal do Contrato, adotando todos os procedimentos necessários a preservar a integridade e segurança dos veículos sob sua guarda.

10.31. Manter em boas condições veículos e equipamentos necessários ao atendimento dos serviços ora contratados, responsabilizando-se pelos prejuízos de qualquer natureza, inclusive os referentes a multas de trânsito, ou aqueles causados ao patrimônio da credenciante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução deste Contrato/Ata, inclusive por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a informar à credenciante quaisquer danos causados a quaisquer de seus bens e promover o ressarcimento a preços atualizados dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, caso contrário, à credenciante é reservado o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder rescindir o Contrato de pleno direito.

10.32. Fornecer para a Credenciante os números dos telefones fixos, celulares ou



quaisquer outras formas de comunicação com os responsáveis pelas equipes de manutenção preventiva e corretiva.

10.33. Indicar, por escrito, preposto para representá-la durante a execução do contrato, fornecendo número de telefone e e-mail, de forma que a CONTRATANTE possa contatá-lo, a fim de buscar a fiel execução contratual.

10.34. Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos serviços ou atrasos junto a execução, tanto para o Município solicitante quanto ao Município de São Félix do Coribe;

10.35. Atender integralmente a toda legislação vigente que abrange o objeto deste contrato, além de cumprir quaisquer exigências determinadas pelos órgãos de fiscalização competentes;

10.36. Executar o objeto desse contrato com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo Município de São Félix do Coribe

10.37. Garantir todo o apoio ao Município de São Félix do Coribe que se fizer necessário durante o período de execução dos serviços contratados.

10.38. Permitir o livre acesso dos técnicos e/ou demais profissionais designados pelo Município de São Félix do Coribe para o acompanhamento e a fiscalização permanente do objeto contratado, bem como prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados;

10.39. Arcar com todos os prejuízos resultantes de ações judiciais a que o Município de São Félix do Coribe for compelido a responder por força da futura contratação, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios;

10.40. Comparecer à sede do Município de São Félix do Coribe, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de (vinte e quatro) horas da convocação, para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços contratados;

11. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

11.1. O Município de São Félix do Coribe reserva para si o direito de não aceitar qualquer execução dos serviços em desacordo com o previsto neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no ART's. 104 inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. Qualquer tolerância por parte do Município de São Félix do Coribe no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela licitante vencedora, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o Município de São Félix do Coribe exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

11.3. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de



responsabilidade entre o Município de São Félix do Coribe e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da licitante contratada designadas para a execução do objeto contratado, sendo esta a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

11.4. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem a causar à CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

11.5. Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que porventura venham a ser reguladas em acordo coletivo.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município de São Félix do Coribe poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado, em sede de licitações e nos casos de dispensa e inexigibilidade, as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa, nas hipóteses em que o contratado incorra em atraso injustificado na execução do contrato, em valor fixado, segundo os seguintes percentuais:

12.1.2.1. **0,3%** (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso;

12.1.2.2. **20%** (vinte por cento), em caso de atraso superior a trinta dias, calculado sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprida;

9.1.2.2.1. A aplicação da sanção de 20% não afasta a rescisão do contrato e poderá ser descontada da garantia do respectivo contrato;

12.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.2. A advertência é cabível frente a condutas de pequena gravidade e, materialmente equivale a comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos



específicos consignados no Orçamento Geral do Município de São Félix do Coribe:

Unidade Executora: 02.01 GABINETE DO PREFEITO

Funcional: 04.122.0002-2.002 Manutenção das Atividades do Gabinete

Funcional: 04.122.0002-2.209 Manutenção das Ações da Procuradoria Municipal

Funcional: 06.181.0002-2.003 Manutenção dos Serviços de Segurança

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade Executora: 03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Funcional: 04.122.0002-2.004 Manutenção das Ações da Secretária Adm. e Finanças

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade Executora: 04.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

Funcional: 12.122.0003-2.007 Manutenção dos Serv. Administrativos - Sec. da Educação

Funcional: 12.361.0003-2.009 Manutenção das Atividades do Ensino Básico

Funcional: 12.361.0003-2.019 Manutenção do Transporte Escolar –PNATE

Funcional: 12.361.0003-4.009 Gestão dos Recursos de Precatórios – FUNDEF

Funcional: 12.365.0003-2.008 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1500.1001 25% - Educação

Fonte de Recursos: 1550.0000 Transferência do Salário-Educação

Fonte de Recursos: 1553.0000 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)

Fonte de Recursos: 1544.0000 Recursos de Precatórios do FUNDEF

Unidade Executora: 04.02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Funcional: 12.361.0003-2.010 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 30%

Funcional: 12.361.0003-2.012 Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB 30%

Funcional: 12.361.0003-2.306 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – VAAR

Funcional: 12.365.0003-2.074 Gestão das Ações da Educação Infantil - FUNDEB 30%

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1540.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos

Fonte de Recursos: 1541.0000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF

Fonte de Recursos: 1543.0000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR

Unidade Executora: 05.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Funcional: 10.122.0006-2.035 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 10.301.0006-1.026 Implementação do Programa de Saúde da Família

Funcional: 10.301.0006-2.020 Manutenção das Ações dos Agentes Comunitários e Endemias

Funcional: 10.301.0006-2.059 Manutenção do Programa Saúde da Família – PSF

Funcional: 10.301.0006-2.060 Manutenção das Ações da Atenção Básica -PAB FIXO

Funcional: 10.301.0006-2.204 Manutenção das Ações do Programa Saúde Bucal/SUS

Funcional: 10.302.0006-2.032 Manutenção do Hospital Municipal

Funcional: 10.302.0006-2.034 Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS

Funcional: 10.302.0006-2.065 Manutenção do Funcionamento do SAMU

Funcional: 10.302.0006-2.205 Manut. do Centro de Especial. Odontológicas - CEO

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1500.1002 15% - SAÚDE

Fonte de Recursos: 1600.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade Executora: 06.01 SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Funcional: 08.122.0007-2.036 Manutenção das Ações da Secretaria do Desenvolvimento Social

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

Fonte de Recursos: 1665.0000 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social

Unidade Orçamentária: 06.02 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Funcional: 08.122.0007-6.001 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

Fonte de Recursos: 1665.0000 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social

Fonte de Recursos: 1500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade Executora: 07.01 SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Funcional: 04.122.0005-2.025 Manutenção das Ações da Secretaria de Infraestrutura

Funcional: 17.512.0005-2.048 Manutenção dos Serviços de Limpeza Urbana

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

Fonte de Recursos: 1501.0000 Outros Recursos não Vinculados

Unidade Executora: 08.01 SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO



Funcional: 11.334.0008-2.038 Manutenção das Atividades de Geração de Emprego e Renda

Funcional: 23.122.0008-2.026 Manut. das Ativ. da Secretaria - Ind. Com. e Turismo

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade Executora: 09.01 SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Funcional: 18.122.0008-2.023 Manutenção das Ações da Sec. Agricultura e Meio Ambiente

Funcional: 18.541.0008-2.029 Manutenção das Ativ. do Fundo Municipal do Meio Ambiente

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

Fonte de Recursos: 1700.0000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União

Unidade Executora: 13.01 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Funcional: 04.129.0002-2.051 Manutenção das Ações dos Serviços da SEMFAZ

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

9.1 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

São Félix do Coribe - BA, 17 de abril de 2026.

Thiago George Gama Silva
Diretor de Edificações de Obras Públicas

Diógenes de Oliveira Almeida
Secretária Municipal de Obras



ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Processo Administrativo n.º 070/2026

**TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX
DO CORIBE E A EMPRESA
NOS TERMOS DO EDITAL DE
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO CORIBE**, entidade de Direito Público Interno, com sede à Rua Lourenço da Silva Pereira, 77, Centro, nesta cidade de São Félix do Coribe, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.430.951/0001-30, doravante, denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Toni Marcos Santos**, brasileiro, inscrito no CPF nº. ***. _ _ . _ _ - **, residente e domiciliado nesta cidade de São Félix do Coribe - BA, e a empresa....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por [nome e função no representante da parte CONTRATADA], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. 070/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Credenciamento* n.º 002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumewnto é a **contratação de pessoas jurídicas para** _____ **definir objeto** _____ [o fornecimento futuro e eventual de peças, componentes, acessórios e insumos, bem como] ... [para a prestação futura e eventual de serviços]... de manutenção preventiva e corretiva, incluindo serviços de funilaria, lanternagem, pintura, borracharia e guincho/reboque/transporte, destinados à frota municipal de motocicletas, veículos leves, utilitários, vans, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e implementos, _____ mediante aplicação de desconto sobre a Tabela Referencial **TRAZ VALOR** adotada pela Administração, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	(%) PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE TABELA REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO
...	1	Preço Referencial Tabela Traz Valor	___%	R\$



CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR ESTIMADO, DO TETO FINANCEIRO, DO TETO FÍSICO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Atribui-se ao presente contrato o valor global estimado de **R\$ ____ (_____)**, correspondente ao(s) subitem(ns) para o(s) qual(is) a CONTRATADA/CREDENCIADA foi regularmente credenciada, conforme requerimento deferido, tabela constante da Cláusula Primeira, Termo de Referência e demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 061/2026.

2.2. O valor indicado possui natureza estimativa e operacional, não implicando obrigação de contratação integral pela Administração, garantia de demanda mínima, exclusividade ou direito subjetivo da CONTRATADA/CREDENCIADA à execução total ou parcial do montante estimado.

2.3. A execução financeira ficará condicionada à necessidade administrativa, à disponibilidade orçamentária, ao saldo estimado do respectivo subitem, à autorização prévia da despesa, à aprovação do orçamento apresentado pela CONTRATADA/CREDENCIADA, à regular execução do fornecimento ou serviço e à respectiva liquidação da despesa.

2.4. Para fins de preservação da rotatividade, ampliação da rede ativa de credenciados, isonomia, impessoalidade e controle da execução, a Administração poderá observar limite financeiro operacional inicial **de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor estimado do respectivo subitem para cada credenciado, conforme quantidade de empresas habilitadas, capacidade operacional disponível, necessidade administrativa e critérios de distribuição previstos no Termo de Referência.

2.5. Attingido o limite financeiro operacional ordinário atribuído à CONTRATADA/CREDENCIADA, a Administração deverá priorizar a convocação dos demais credenciados aptos no mesmo subitem, observada a ordem de rodízio, a capacidade técnica, a disponibilidade de atendimento, a regularidade do credenciado e as demais regras previstas no Termo de Referência.

2.6. A Administração poderá ultrapassar o limite financeiro operacional previsto para a CONTRATADA/CREDENCIADA quando houver justificativa formal, especialmente nas hipóteses de inexistência de outros credenciados aptos no mesmo subitem, indisponibilidade, recusa ou ausência de resposta dos demais credenciados, urgência, necessidade de continuidade de serviço público, especialidade técnica, localização mais vantajosa, risco de paralisação da frota ou atendimento emergencial inadiável.

2.7. Para fins de controle do teto físico, a execução do contrato será acompanhada por meio das ordens de serviço, autorizações de fornecimento, veículos atendidos, peças fornecidas, serviços executados, horas técnicas, revisões, diagnósticos, reparos, substituições, alinhamentos, balanceamentos, serviços de borracharia, funilaria, lanternagem, pintura, guincho, reboque e transporte, conforme o(s) subitem(ns) contratado(s) e os parâmetros definidos no Termo de Referência.

2.8. O teto físico possui natureza estimativa e referencial, não representando garantia de contratação mínima, nem obrigação da Administração de demandar quantitativos certos de peças, horas técnicas, serviços ou fornecimentos.



2.9. Eventual necessidade de ampliação, remanejamento ou adequação dos quantitativos estimados poderá ocorrer quando necessária ao atendimento do interesse público, desde que haja justificativa formal, compatibilidade com a demanda administrativa, disponibilidade orçamentária e observância da Lei nº 14.133/2021, do Edital e do Termo de Referência.

2.10. O pagamento será efetuado exclusivamente pelos fornecimentos ou serviços efetivamente executados, previamente autorizados, regularmente atestados e liquidados, observados o percentual de desconto contratado, a Tabela Referencial TRAZ VALOR adotada pela Administração e as condições previstas no Edital, no Termo de Referência e neste contrato.

2.11. A CONTRATADA/CREDENCIADA deverá apresentar Nota Fiscal ou documento equivalente, acompanhada dos documentos exigidos no Termo de Referência e no Edital, inclusive comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando aplicável.

2.12. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a regular liquidação da despesa, ressalvadas as hipóteses de suspensão do prazo por erro na Nota Fiscal, ausência de documentação exigida, pendência de regularidade ou necessidade de saneamento de irregularidade na execução.

2.13. Havendo erro na Nota Fiscal, inconsistência nos documentos apresentados, divergência entre o orçamento aprovado e o serviço ou fornecimento executado, ou qualquer circunstância que impeça a regular liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA/CREDENCIADA adote as medidas corretivas necessárias.

2.14. Todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, taxas, emolumentos, seguros, fretes, deslocamentos, ferramentas, equipamentos e demais custos necessários à execução do objeto correrão por conta exclusiva da CONTRATADA/CREDENCIADA, salvo disposição expressa em sentido contrário no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de recursos específicos do Orçamento Geral do Município de São Félix do Coribe, para o exercício de **202__**, no montante de **R\$ _____**, na dotação abaixo discriminada:

PODER:

Órgão:

Secretaria:

Projeto Atividade

Elemento de Despesa:

Fonte:

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



CLÁUSULA QUARTA - DO DESCONTO E DA BASE REFERENCIAL

- 4.1. O percentual de desconto contratado será fixo durante a vigência contratual.
- 4.2. O desconto incidirá sobre os valores vigentes da Tabela Referencial **TRAZ VALOR** na data da cotação, do orçamento ou da autorização da despesa.
- 4.3. A atualização dos preços constantes da base referencial não configura reajuste contratual, mas mera atualização da tabela de referência sobre a qual incidirá o desconto pactuado.
- 4.4. Na ausência de item na base referencial, poderão ser utilizados solicitação manual, inclusão manual, mapa de cotação ou outro parâmetro idôneo admitido no Termo de Referência, aplicando-se, quando cabível, o desconto contratado.
- 4.5. Ficam ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro, na forma da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de ____/____/202__ à ____/____/202__, podendo ser prorrogado conforme Lei Federal 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

- 6.1. A fiscalização dos serviços prestados será de competência e responsabilidade da Coordenação de Frota e Patrula Mecanizada ou Secretário da Pasta demandante, sem prejuízo da fiscalização através dos prepostos (Fiscal de Contrato), a quem caberá o presente termo, bem como liberar os pagamentos de faturas e praticar todos os atos que se fizerem necessários para o fiel cumprimento do contrato.
- §1º - Será nomeado um preposto para proceder a fiscalização
- §2º - As exigências e a atuação da fiscalização pelo **Município de São Félix do Coribe** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne a execução do objeto deste contrato.
- 6.2. Caberá à fiscalização acompanhar a execução dos serviços e fornecimentos, verificar a compatibilidade dos orçamentos com a Tabela Referencial **TRAZ VALOR**, conferir a aplicação do desconto contratado, controlar o teto físico, o teto financeiro e o limite operacional por credenciado, registrar ocorrências e atestar as notas fiscais.
- 6.3. Nenhum serviço ou fornecimento deverá ser executado sem prévia autorização da Administração, orçamento aprovado e emissão de ordem de serviço, autorização de fornecimento ou documento equivalente.
- 6.4. A fiscalização deverá manter controle individualizado por veículo, secretaria, subitem, credenciado, ordem de serviço, valor autorizado, valor executado e saldo estimado, de modo a permitir o acompanhamento da execução contratual e a prevenção de despesas indevidas.
- 6.5. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA/CREDENCIADA pela perfeita execução do objeto, qualidade dos serviços,



adequação das peças fornecidas, guarda dos veículos, cumprimento dos prazos e observância das normas técnicas aplicáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1. Da CONTRATADA: Além das obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I) e legislação aplicável, a CREDENCIADA deverá:

- 7.1.1. Responsabilizar-se-á pela execução do objeto especificado no contrato/ata.
- 7.1.2. Responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessários à entrega do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato.
- 7.1.3. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus Empregados.
- 7.1.4. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento, conforme Lei 14.133/21.
- 7.1.5. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, modelo, fabricante e prazo de garantia.
- 7.1.6. A Contratada deverá atender, em casos excepcionais, às requisições avulsas de peças e acessórios no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 7.1.7. As peças e acessórios deverão ser novas de caráter GENUÍNO ou ORIGINAL DE FÁBRICA, no qual deverão ser fornecidos de acordo com o pedido e percentual de desconto ofertado na Proposta de Preço da contratada, o qual incidirá sobre a tabela TRAZ VALOR.
- 7.1.8. Oferecer garantia das peças fornecidas pelo período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias ou 5.000 (cinco mil) Km rodados, a partir da emissão da respectiva nota fiscal.
- 7.1.9. Fornecer para a Contratante os números dos telefones fixos, celulares ou quaisquer outras formas de comunicação com os responsáveis pela empresa.
- 7.1.10. Caso o veículo ou máquina não possa se locomover, a contratada deverá efetuar a manutenção dos mesmos no local em que se encontrem, canteiros de obras no Município de Município de São Félix do Coribe, se possível.
- 7.1.11. A Contratada deverá possuir oficina no raio de 300 (trezentos) quilômetros da sede da cidade de Município de São Félix do Coribe, bem como todo o descritivo constante no Termo de Referência.
- 7.1.12. A Contratada se responsabilizará integralmente pela qualidade dos serviços prestados.
- 7.1.13. Prestar os serviços de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma ininterrupta no período de 8h às 18h, nos dias úteis.
- 7.1.14. Estar disponível em finais de semana e feriados, para o caso de atendimento



emergencial de 24hrs.

7.1.15. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão compostos de mão-de-obra referente à execução de reparos, conservação e recuperação de veículos.

7.1.16. A contratada deverá apresentar orçamento para execução dos serviços no prazo de 02 (dois) dias úteis após a entrada do veículo no seu estabelecimento ou da solicitação do serviço pelo Setor de Compras ou Coordenação de Frota e Patrulha Mecanizada, discriminando de forma clara e padronizada, os serviços a serem executados e as peças a serem utilizadas, bem como indicá-los na tabela TRAZ VALOR e tabela TEMPÁRIA.

7.1.17. O prazo para execução dos serviços será informado em cada orçamento, obedecendo ao máximo de 72 (setenta e duas) horas após a aprovação do respectivo orçamento, incluso o prazo de entrega pelo fornecedor da peça eventualmente necessária e sua instalação.

7.1.18. Executar o serviço atendendo aos parâmetros definidos pelas normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou na falta dessas, de acordo com normas plenamente reconhecidas pelo fabricante, zelando e assumindo inteira responsabilidade técnica pela perfeita execução dos serviços contratados, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra, equipamentos, transporte e ferramentas necessárias à execução do objeto às suas expensas, sem alteração do valor dos serviços, assegurando à Contratante o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer orçamento, serviço e/ou fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Contratada, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes do Contrato/Ata.

7.1.19. Permitir livre acesso dos representantes do Município Contratante às dependências da Contratada, para procedimentos de fiscalização.

7.1.20. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer vínculo empregatício com o Município de São Félix do Coribe, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

7.1.21. Executar os serviços que envolvam condução de quaisquer dos veículos ou máquinas constantes da frota municipal, com pessoal possuidor de habilitação (CNH – Carteira Nacional de Habilitação), levando em consideração, inclusive, a categoria exigida para cada veículo.

7.1.22. Refazer ou corrigir os serviços não aceitos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.1.23. Todas as ferramentas utilizadas tanto na manutenção preventiva como na corretiva deverão ser fornecidos pela Contratada, devendo comprometer-se a disponibilizá-los para a realização do serviço.



7.1.24. A Credenciada deverá atender prontamente a todos os chamados que receber do Fiscal do Contrato ou pelo representante do Município, no prazo máximo de 01 (uma) hora – tanto para zona urbana, quanto rural, contados do registro da solicitação do serviço, quando da ocorrência de panes em componentes dos veículos, sejam de quais naturezas forem. No caso de revisões de caráter preventivo, será obedecido cronograma a ser definido entre as partes, no interesse da Administração.

7.1.25. A Contratante pagará pelos serviços nos termos dos orçamentos previamente aprovados pelo Fiscal do Contrato.

7.1.26. A Contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato as peças e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos.

7.1.27. Oferecer garantia dos serviços executados por um período mínimo de 90 (noventa) dias ou 5.000 (cinco mil) Km rodados, a partir da emissão da respectiva nota fiscal/fatura.

7.1.28. Manter materiais, equipamentos e ferramentas suficientes para o regular atendimento dos serviços contratados, dentro das especificações definidas no Termo de Referência.

7.1.29. Os serviços prestados deverão ter garantia expressa no orçamento da Contratada.

7.1.30. Conservar e guardar com extrema diligência os veículos da Contratante em sua oficina durante a prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva, sendo permitido seu uso apenas para teste de rodagem com o devido registro da quilometragem percorrida para posterior apresentação ao Fiscal do Contrato, adotando todos os procedimentos necessários a preservar a integridade e segurança dos veículos sob sua guarda.

7.1.31. Manter em boas condições veículos e equipamentos necessários ao atendimento dos serviços ora contratados, responsabilizando-se pelos prejuízos de qualquer natureza, inclusive os referentes a multas de trânsito, ou aqueles causados ao patrimônio da credenciante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução deste Contrato/Ata, inclusive por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a informar à credenciante quaisquer danos causados a quaisquer de seus bens e promover o ressarcimento a preços atualizados dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, caso contrário, à credenciante é reservado o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder rescindir o Contrato de pleno direito.

7.1.32. Fornecer para a Credenciante os números dos telefones fixos, celulares ou quaisquer outras formas de comunicação com os responsáveis pelas equipes de manutenção preventiva e corretiva.

7.1.33. Indicar, por escrito, preposto para representá-la durante a execução do contrato, fornecendo número de telefone e e-mail, de forma que a CONTRATANTE possa contatá-lo, a fim de buscar a fiel execução contratual

7.1.34. Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos



serviços ou atrasos na execução;

7.1.35. Atender integralmente a toda legislação vigente que abrange o objeto deste contrato, além de cumprir quaisquer exigências determinadas pelos órgãos de fiscalização competentes;

7.1.36. Executar o objeto desse contrato com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo Município de São Félix do Coribe;

7.1.37. Garantir todo o apoio ao fiscal do contrato que se fizer necessário durante o período;

7.1.38. Permitir o livre acesso dos técnicos e/ou demais profissionais designados pelo CImBARC para o acompanhamento e a fiscalização permanente do objeto contratado, bem como prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados;

7.1.39. Arcar com todos os prejuízos resultantes de ações judiciais a que o Município de São Félix do Coribe for compelido a responder por força da futura contratação, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios;

7.1.40.

7.1.41. Comparecer à sede da Prefeitura Municipal de São Félix do Coribe, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de (vinte e quatro) horas da convocação, para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços contratados;

7.2. DA CONTRATANTE:

7.2.1. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço, que venham a ser solicitados pelos empregados da CREDENCIADA

7.2.2. Aprovar, anteriormente à execução dos serviços, o orçamento repassado pela CREDENCIADA.

7.2.3. Acompanhar e fiscalizar, com rigor, o cumprimento do objeto desta contratação, a fim de que os serviços sejam realizados com eficiência.

7.2.4. Dar ciência à CREDENCIADA imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento.

7.2.5. Verificar, ao receber a Nota Fiscal eletrônica, se os valores cobrados pela CREDENCIADA estão de acordo com o preço fixado pelo Município de São Félix do Coribe, e se os descontos efetuados são aqueles previstos em contrato.

7.2.6. Caberá ao responsável pela solicitação do município de origem o repasse prévio à contratada, por escrito, de todas as orientações, artes e recomendações necessárias, para o cumprimento do objeto em conformidade com este edital

7.2.7. Efetuar pagamento à CREDENCIADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas em contrato.

7.2.8. Notificar a CREDENCIADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – MULTAS E PENALIDADES



8.1. As penalidades contratuais serão: advertência verbal ou escrita, multas, rescisão de contrato, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de São Félix do Coribe.

§1º - Fica estabelecido o percentual de 0,3% (três décimos por cento) a título de multa sobre o total da adjudicação, por dia de atraso na execução dos serviços;

§2º - Caso a Contratada se recuse a prestar os serviços ou faça fora das especificações, o Município de São Félix do Coribe, além das penalidades previstas em lei e no Edital, poderá aplicar a multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do contratado;

§3º - O Município de São Félix do Coribe poderá ainda sugerir o cancelamento da nota de empenho e impor à empresa outras sanções legais cabíveis, inclusive a de comunicar a todos os órgãos federais, estaduais e municipais sobre a inidoneidade da mesma.

§4º - Na hipótese dos parágrafos 1º e 2º, a empresa faltosa será notificada para recolher a favor do , no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as importâncias das penalidades impostas mediante guia de recolhimento.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. A rescisão do contrato ocorrerá de pleno direito e independente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) Quando a CONTRATADA, por sua culpa e responsabilidade, atrasar a prestação dos serviços por prazo superior a 03 (três) dias.
- b) Quando a CONTRATADA suspender a prestação dos serviços, sem justificção e sem prévia autorização do Município de São Félix do Coribe.
- c) Quando a CONTRATADA transferir o serviço contratado no todo ou em parte.
- d) Quando a CONTRATADA pedir concordata, falência ou dissolução, observadas as disposições legais.
- e) Quando a CONTRATADA reincidir em falta grave punida anteriormente com multa, ou cometida por caracterizada má fé.
- f) Quando a CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira.
- g) E, nos casos previstos nos amparos da Lei Federal 14.133/2021.

9.2. A CONTRATADA/CREDENCIADA poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados, notificando a motivação e de forma fundamentada, via requerimento, ao Município de São Félix do Coribe, por intermédio da Comissão de Contratação , com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Quando a CONTRATADA motivar a rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes.

9.3. A imposição de qualquer penalidade não impede a aplicação de outras.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Aplica-se ao presente Contrato as disposições contidas na Lei Federal 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, bem como as disposições complementares vigentes.



PARÁGRAFO ÚNICO – Constituirá parte integrante do presente contrato; guardadas as necessárias conformidades, independente de transcrição ou referência todos os documentos constantes do processo de Credenciamento nº 002/2026, oriundo do Processo Administrativo Nº 061/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. E, para firmeza do ajustado e contratado é lavrado o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Assinado e datado digitalmente, conforme abaixo:

Toni Macos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO CORIBE

CONTRATANTE/CREDENCIANTE

Nome do Representante Lega

Função

RAZÃO SOCIAL

CONTRATADA/CREDENCAIDA

Nota Explicativa: A recente Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, inseriu o § 4º ao art. 784 do Código de Processo Civil. Referido dispositivo dispõe que: “Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura”.



ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO CORIBE

ATT.: COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: CREDENCIAMENTO N.º 002/2026.

1. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE	
E-MAIL	

2. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO

NOME:	
CPF:	
RG:	
NACIONALIDADE:	
ESTADO CIVIL:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

O Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, na qualidade de responsável legal da empresa _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____ - Estado da _____, vem por meio do presente solicitar o CREDENCIAMENTO para Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para o fornecimento futuro e eventual de peças, componentes, acessórios e insumos, bem como para a prestação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo serviços de funilaria, lanternagem, pintura, borracharia e guincho/reboque/transporte, destinados à frota municipal de motocicletas, veículos leves, utilitários, vans, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e implementos, mediante aplicação de desconto sobre a Tabela Referencial TRAZ VALOR adotada pela Administração, conforme as informações constantes no Edital e seus anexos, para os itens descritos na tabela abaixo:

[Marcar **X** no item interessado]



Item	Descrição	Quant	Valor unitário	(%) percentual de desconto sobre tabela referencial	Valor total estimado	Marcar com X o Item Escolhido
1	Motocicletas – fornecimento de peças e acessórios genuínos/originais (Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo)	1	Preço Referencial Tabela TrazVALor	5%	R\$ 35.000,00	
2	Motocicletas – prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazVALor	5%	R\$ 25.000,00	
3	Veículos leves – fornecimento de peças e acessórios genuínos/originais (Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo)	1	Preço Referencial Tabela TrazVALor	10%	R\$ 700.000,00	
4	Veículos leves – prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazVALor	10%	R\$ 90.000,00	
5	Utilitários, pickups e vans – fornecimento de peças e acessórios genuínos/originais (Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo)	1	Preço Referencial Tabela TrazVALor	10%	R\$ 450.000,00	
6	Utilitários, pickups e vans – prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazVALor	10%	R\$ 100.000,00	
7	Caminhões e ônibus – fornecimento de peças e acessórios genuínos/originais (Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo)	1	Preço Referencial Tabela TrazVALor	10%	R\$ 450.000,00	



8	Caminhões e ônibus – prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 200.000,00	
9	Máquinas pesadas e implementos – fornecimento de peças e acessórios genuínos/originais (Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo)	1	300.000,00	10%	R\$ 450.000,00	
10	Máquinas pesadas e implementos – prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 180.000,00	
11	Funilaria, lanternagem e pintura para veículos leves, utilitários, pesados e máquinas, inclusive materiais. (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 90.000,00	
12	Borracharia – montagem, desmontagem, conserto e troca de pneus. (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 250.000,00	
13	Guincho, reboque e transporte de veículos e máquinas. (Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)	1	Preço Referencial Tabela TrazValor	10%	R\$ 200.000,00	
Valor Global Estimado					R\$ 3.220.000,00	

Nesta oportunidade, informamos concordar em prestar os referidos serviços pelos preços fixados na Tabela de Serviços mencionados, bem como aceitamos todas as condições de pagamento e as exigências do edital em epígrafe.



Nestes termos,

Pede e espera a homologação no referido Credenciamento.

_____/_____, ____ de ____ de 202____
Cidade U.F data mês ano

Razão Social _____
CNPJ: _____
Nome _____
Cargo Função _____





ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO CORIBE
A/C: Comissão de Contratação

REFERÊNCIA:
CREDENCIAMENTO N.º 002/2026
Processo Administrativo n.º 070/2026

Eu, _____, inscrito no CPF nº _____, representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, interessado em participar do Credenciamento nº 002/2026, Processo Administração n.º 070/2026, DECLARO, sob as penas da Lei, que:

DECLARA expressamente:

- a) que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas em sistema públicos ou privados, com acesso pessoal, assumindo como firmes e verdadeiras;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Artigo 1º, e no inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal;
- f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) que dispõe ou disporá, quando da convocação, de EPIs - Equipamento de Proteção Individual, demais equipamentos e materiais apropriados para a execução dos serviços, pessoal qualificado, e que os manterá em condições adequadas de uso, respeitando as normas e regulamentos aplicáveis aos fornecimentos e serviços.



_____ / ____ , ____ de _____ de 202____.

Razão Social _____

CNPJ: _____

Nome _____

Cargo Função _____





ANEXO III

INDICAÇÃO DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO

CREDENCIAMENTO Nº. 002/2026

Processo Administrativo nº 070/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ N.º _____, com sede à _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____ - _____, CEP: _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei e para fins de participação neste procedimento licitatório – Credenciamento nº. 002/2026 e Processo Administrativo nº. 070/2026, que:

Atende, plenamente, aos requisitos técnicos para execução dos fornecimentos/serviços objeto deste certame, conforme especificações constantes no Edital do Credenciamento nº. 002/2026 e seus Anexos. E que dispõe de CAPACIDADE OPERATIVA, bem como, de TODOS OS EQUIPAMENTOS E PESSOAL, técnico e operacional, necessários à execução dos fornecimentos/serviços, GARANTINDO, ainda, que não haverá qualquer tipo de paralisação dos fornecimentos/serviços, seja por falta de equipamentos ou de pessoal. Segue abaixo indicação de aparelhamento e pessoal técnico.

INSTALAÇÕES:

Endereço do Estabelecimento Comercial: situado à Rua _____, nº. _____, Bairro _____, na cidade de _____ – _____, com aproximadamente 2_____m² de área construída, contendo:

_____ Sala de Espera/Recepção; _____ escritório; _____ Banheiro para uso dos clientes; _____ galpão; etc. (essas descrições não são fixas, mas flexível. O licitante deve descrever o local de atendimento, para fornecimento de peças, como para serviços)

APARELHAMENTO:

Neste espaço o licitante deverá descrever os aparelhamentos como veículos para entrega, computadores para atendimento, etc. Ainda, para serviços deverá descrever os equipamentos disponíveis, como os equipamentos utilizados execução dos serviços.

PESSOAL TÉCNICO:



Neste espaço o licitante deverá descrever o quadro de pessoal técnico responsável pelas vendas/serviços a serem executados. Como recepcionista, vendedores, diretores, gerentes, entregadores, etc; bem como para serviços como mecânico, torneiro, lanterneiro, pintor, etc, conforme a estrutura do estabelecimento. Importante destacar que o pessoal a ser indicado deve fazer parte do quadro de funcionários da empresa, seja por carteira de trabalho, contrato, ou sócio.

_____ – BA, ____ de _____ de 2026.

Razão Social _____
CNPJ: _____
Nome _____
Cargo Função _____